



OS DESAFIOS NO ENSINO DE FILOSOFIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

The challenges on the philosophy teaching in a public school in the state of Alagoas

Bárbara Rachel Ciríaco do Carmo¹

Erick Santos da Silva²

Givanildo da Silva³

RESUMO

A pesquisa apresenta aspectos sobre os desafios no ensino de filosofia em uma escola pública no estado de Alagoas. A metodologia classifica-se como qualitativa em relação a sua abordagem, quanto ao seu objetivo, como um estudo exploratório. A coleta de dados ocorreu por meio de duas etapas, sendo a primeira uma entrevista semiestruturada com a professora de filosofia da escola e na segunda etapa foram realizadas observações das aulas de filosofia em turmas do primeiro e terceiro ano do ensino médio. Os resultados encontrados apontam que os problemas e as dificuldades apresentadas na pesquisa fazem parte de uma engrenagem social, no qual a classe dominante pensa e delimita a educação pública, de modo a manter seus interesses e privilégios.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Ensino Médio. Educação Pública.

ABSTRACT

The research presents aspects about the challenges in teaching philosophy in a public school in the state of Alagoas. The methodology is classified as qualitative in relation to its approach, regarding its objective, as an exploratory study. Data collection took place through two stages, the first being a semi-structured interview with the school's philosophy teacher and the second stage observations of philosophy classes in classes of the first and third year of high school were carried out. The results found indicate that the problems and difficulties presented in the research are part of a social gear, in which the ruling class thinks and delimits public education, in order to maintain its interests and privileges.

Keywords: Philosophy Teaching. High school. Public education.

Introdução

A escola, enquanto uma instituição formal para o processo de ensino e de aprendizagem, está inserida em um contexto social e, portanto, sofre influência direta das exigências postas no contexto das políticas públicas de educação. Por meio da perspectiva de uma Pedagogia Histórico-Crítica, Dermeval Saviani (2013) aponta que as desigualdades

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: barbara.carmo@ichca.ufal.br

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: erick.psicologia7@gmail.com

³ Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: givanildopedufal@gmail.com



sociais presentes na sociedade são refletidas dentro do ambiente escolar. Dessa forma, problemas de desenvolvimento social e a luta de classes, por exemplo, estão vinculados diretamente à educação e, conseqüentemente, há impactos na efetivação da escola para a classe trabalhadora, desconstruindo possibilidades de transformação na vida dos estudantes e de mudanças políticas, culturais e sociais. Para o autor, os interesses populares e a forma como a educação é conduzida, é algo explícito e que, portanto, merece atenção, uma vez que nenhum processo de ensino e aprendizagem é neutro, mas é carregado de sentidos, de intenções e de significados.

Nessa direção, Santos (2018, p. 55), sinaliza que “a escola é tomada como uma instituição formal de ensino, que serve à socialização dos conhecimentos produzidos pelo homem em suas formas mais desenvolvidas”. Desse modo, nota-se que a função social da escola é contribuir para o desenvolvimento dos envolvidos de forma que contemple diferentes dimensões político-sociais. Nessa perspectiva, a escola pública, que abriga majoritariamente pessoas da classe trabalhadora, sofre diretamente os impactos, por meio de um ensino público sucateado, conforme evidencia Mendes (2009), na medida em que não há investimentos, tornando, dessa forma, a impossibilidade de êxito na melhoria da qualidade das políticas públicas de educação que se reflete no desenvolvimento social e intelectual dos estudantes.

A partir dessas constatações, refletem-se que algumas disciplinas, como a filosofia, que estimulam o senso crítico dos estudantes, não são evidenciadas na grade curricular, em especial na configuração do novo ensino médio, mediante a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Ora, se nenhum modelo de educação é neutro, e se a educação é pensada mediante uma determinada visão de homem e de sociedade, o ensino de filosofia nas escolas públicas torna-se um desafio para os docentes, na medida em que estimula o questionamento acerca dos interesses e privilégios sociais postos e perpetuados por quem detém o controle social. Contijo e Valadão (2004) estabelecem que, esse desafio ocorre, em primeiro lugar, pela quantidade de horas que é direcionada a essa disciplina no ensino médio, em segundo lugar, porque a escola – incluindo o corpo docente, discente e demais integrantes - parece estar pouco comprometida com a disciplina. Há, segundo os autores, dúvidas que pairam sobre o imaginário dos estudantes, como por exemplo: Por que devo estudar filosofia? Para que ela serve? Onde vou usá-la?

Não é de se estranhar que uma disciplina importante como a filosofia, que perpassa



o pensamento histórico, político e filosófico, discutindo e questionando várias dimensões sociais e mundiais, seja menosprezada em alguns modelos de educação, isso porque o ensino de filosofia, apresenta-se como um perigo à classe dominante, na perspectiva que contribui para que a classe trabalhadora tenha condições de analisar e compreender as situações que estão a sua volta.

Na visão de Saviani (2013), a desvalorização do ensino de filosofia faz parte do interesse da classe dominante, isso porque questionar as ações que estão postas, torna-se um sinal de perigo, de modo que transgredir e perceber esses interesses, sejam o ponto de partida para uma mudança social e coletiva. Desse modo, visando compreender a dinâmica da escola pública no ensino médio e suas relações com o processo de organização da escola e de ensino dos professores no campo da filosofia, esta pesquisa tem por objetivo apresentar os desafios no ensino de filosofia em uma escola pública localizada em um município no interior de Alagoas.

A metodologia da pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa. De acordo com Gil (2017), a pesquisa qualitativa pode ser definida como aquela que produz resultados sem utilizar para isso meios estatísticos e numéricos. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória, a qual tem por finalidade oferecer aos pesquisadores uma maior familiaridade com o tema pesquisado, possibilitando dessa forma, elaborar hipóteses (GIL, 2017).

A coleta de dados ocorreu por meio de duas etapas, sendo a primeira uma entrevista semiestruturada com a professora de filosofia da escola. Para Alves e Silva (1992), a entrevista semiestruturada pode ser entendida como um tipo de entrevista flexível, englobando perguntas previamente elaboradas sobre o objeto/problema de pesquisa, além de dar espaço ao pesquisador para que outras sejam feitas no momento da entrevista. A segunda etapa de coleta de dados ocorreu por meio de observações das aulas de filosofia em turmas do primeiro e terceiro ano do ensino médio.

O texto está estruturado em duas partes que se completam, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, dialoga-se sobre os desafios no ensino de filosofia em escolas públicas. Na segunda parte, destaca-se a realidade no ensino de filosofia, a partir da escola pesquisada.



O desafio no ensino de filosofia em escolas públicas

De acordo com Saviani (2013), as desigualdades sociais estão presentes dentro da escola pública, de modo que a sala de aula reflete a realidade diária de cada estudante. As dificuldades e o contexto social interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Por abrigar majoritariamente pessoas da classe trabalhadora, é importante que a escola pública não se distancie do seu horizonte político, evidenciando propostas educativas que contribuam para a análise social na qual os estudantes estão inseridos. Problemas como a evasão escolar e a reprovação por faltas, por exemplo, precisam ser analisados cuidadosamente sem desconsiderar os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos.

Os jovens e os adolescentes que não conseguem concluir o ensino médio, muitas vezes, deixam a escola para trabalhar de maneira informal, pois necessitam suprir suas necessidades básicas, como comer e ter uma moradia. A respeito da evasão escolar no ensino médio, Pakenas e Filhos (2017, p. 61) apontam que:

O ensino médio é altamente impactado pelas condições de renda das famílias, muito vulneráveis, supondo-se que uma das razões que explicam a evasão e o abandono são as relativas às razões econômicas precárias que levam o jovem a trabalhar precocemente ou a não possuir condições de investir no curso. Também há a necessidade de adentrar nos problemas internos do sistema escolar para explicar o abandono e a evasão. O currículo propedêutico também contribui para o fracasso desse nível de ensino, pois, afasta ainda mais o educando, que não percebe significado ao que está sendo ensinado.

Diante dessas dificuldades, professores podem ser facilitadores, dentro das suas limitações e atribuições, no processo de aprendizagem dos estudantes. A forma como cada professor pensa o mundo, delimita também sua visão de educação. Entretanto, como aponta Saviani (2008), nem todo modelo de educação pode transformar a sociedade, nessa direção, pensar a educação como uma prática de liberdade, na medida em que mostra aos discentes os gargalos presentes na sociedade, situando-os em seu contexto histórico, político e social, sem deixar de potencializar as capacidades de cada um para superar as dificuldades, mesmo inseridos em uma sociedade capitalista.

De acordo com o pensamento de Saviani (2008), no modelo de educação como prática de liberdade, é necessário respeitar o estudante, sua história, seu contexto, seus sonhos, sua realidade, sem deixar de mostrar a ele outras possibilidades de vida e de



existência. Entretanto, na medida em que muitos estudantes precisam se dividir entre trabalhar e estudar, cuidar da casa, da família e de si mesmo, surge o desafio da escola e do professor em ser um facilitador dessa educação libertadora, transgredindo o sistema. Se os interesses da classe dominante estão postos nos moldes como a educação pública é pensada e planejada, fazendo com que a classe trabalhadora se aproprie dos conhecimentos político, cultural, social e educação (SAVIANI, 2013) para ter espaços que sempre foram demarcados pela elite. Nessa lógica, questionar e pensar criticamente parece ser um começo, entretanto, disciplinas como a filosofia, que se propõem a instigar o pensamento e o senso crítico dos estudantes são desvalorizadas, em especial, após a reforma do ensino médio em 2017, sendo esse um importante desafio no ensino de filosofia presente nas escolas públicas.

O ensino de filosofia na educação básica é inquestionável. Ele é o caminho possível para exercitar e estimular o senso crítico dos estudantes em sua formação inicial, bem como os que estão em formação nos cursos de licenciaturas. De acordo com Cerletti (2009), a formação acadêmica dos professores de filosofia se dá dentro de um espaço acadêmico em que, muitas vezes, privilegia determinados aspectos políticos em detrimento da dimensão social, pedagógica e técnica, dessa forma, a formação inicial, na graduação, torna-se, segundo o autor, um motor que em grande medida direciona os passos seguintes dos acadêmicos, os seus desejos e os interesses.

Nessa direção, questionar-se sobre que tipo de formação os docentes recebem nas universidades, torna-se um ponto de partida necessário para compreender as inclinações de cada professor, seus incentivos em sala de aula, bem como seu engajamento para a superação desse desafio enfrentado pelo ensino de filosofia nas escolas públicas. Araújo *et al.* (2009) ressaltam que ensinar é um compromisso ético, político e social, e no que se refere ao ensino de filosofia, é um compromisso de provocar nos estudantes o desejo pelo saber, pelo questionar e querer conhecer, contribuindo para a percepção de mundo e das causas coletivas.

Apesar do curso de licenciatura em filosofia ter como objetivo formar professores de filosofia, Gelamo (2009) faz uma movimentação argumentativa no intuito de evidenciar que, na grande maioria das vezes, essa formação acaba sendo muito teórica, desvinculando-se da práxis pedagógica. O autor evidencia, ainda, as dificuldades dos professores iniciantes



quando se deparam com a sala de aula, com o ambiente escolar e seus desafios. De acordo com Bido *et al.* (2020, p. 57), “a participação dos estudantes ativamente no processo formativo caracteriza um compromisso institucional e pessoal pela formação filosófica, científica e cultural”.

É necessário, portanto, que discentes do curso de licenciatura em filosofia conheçam os desafios no ensino de filosofia na rede pública, pois, enquanto estudantes e, posteriormente professores, essas pessoas estarão inseridas no contexto escolar, repleto de problemas e desafios como a desvalorização da filosofia na grade curricular, que conta, na grande maioria das vezes, com apenas uma aula por semana para cada turma.

A realidade no ensino de filosofia na escola estudada

Alagoas é um estado situado na região nordeste, contendo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021), uma população estimada em torno de 3.365.351 habitantes. É um estado rico em belezas naturais e diversidade cultural, no entanto, no que diz respeito aos índices escolares, necessita de maior atenção e cuidado. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018), em Alagoas, a cada 100 estudantes que ingressam na escola, apenas 55 concluem o ensino médio até os 19 anos. Os dados do Indicador de Permanência Escolar (2021) mostram que Alagoas, no ano de 2021, foi o quinto estado brasileiro com maior evasão escolar entre adolescentes com idades entre 16 e 17 anos. São dados preocupantes e que denunciam a urgência de se discutir a qualidade social da educação escolar dos alagoanos.

De acordo com o Censo Escolar (BRASIL, 2021), o estado de Alagoas possui 2.889 escolas de educação básica, no qual 69,9% dessas escolas integram a rede pública estadual de ensino. Ainda de acordo com o Censo Escolar, no ano de 2021, foram registradas 855.435 matrículas de educação básica. No quesito raça, chama a atenção o fato de pretos e pardos apresentarem maiores proporções na Educação de Jovens e Adultos (89,3%), o que denuncia, por sua vez, um problema educacional para essa população.

Esse cenário parece condizer com o que apresenta Pakenas (2017), ao afirmar que as condições de renda familiar impactam na experiência do ensino médio. Traduzindo-se nos dados de evasão escolar, muitas vezes, associado ao fato da necessidade de o estudante dividir seu tempo com o trabalho, e expresso na taxa de 13,8% de jovens alagoanos entre 18 e 24 anos matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados citados



anteriormente apontam Alagoas como um estado com um dos menores índices do país, revelando aspectos sociais que merecem ser tratados com atenção pelas autoridades públicas e políticas.

Perceber esses dados, gerados em escala de rede estadual, dentro da perspectiva do dia a dia, da sala de aula, pode ser uma tarefa pouco satisfatória, mas necessária. Quando se buscam as raízes desses problemas que parecem vir de uma questão estrutural, não se pode perder de vista o modelo de educação trabalhado e defendido pelo estado alagoano, assim como a visão de sociedade e de homem que ele partilha.

Para a escola funcionar é necessário o básico de infraestrutura a fim de atender as necessidades do corpo educacional e dos estudantes, caso contrário, toda a comunidade escolar será prejudicada, transfigurando-se em desafios para o ensino no estado. Vale ressaltar ainda, que a educação precisa ser vista por uma perspectiva intersetorial, mediante a presença de outras esferas sociais, como a saúde, a assistência social e o trabalho, de modo que as políticas públicas precisam estar alinhadas e caminhar juntas para que jovens e adolescentes alagoanos permaneçam dentro da escola e a enxerguem como um ponto de partida para uma mudança social e coletiva.

A escola na qual a pesquisa foi realizada situa-se em um município no interior de Alagoas, sua equipe gestora é composta por diferentes profissionais, sendo: 1 gestor geral, 1 gestor adjunto, 2 coordenadores pedagógicos e 1 articulador de ensino. A equipe de apoio conta com 2 agentes administrativos, 4 vigilantes/porteiros, 3 auxiliares de serviços gerais e 4 merendeiras. Em questão de estrutura, a escola conta com quadra poliesportiva e campo para a prática de esportes, cantina com mesas para refeições, biblioteca, laboratórios de ciências e informática e 12 salas de aulas.

A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, para as turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino médio; já no período noturno, oferta a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para as turmas do primeiro ano, o funcionamento da escola é em tempo integral. No momento da pesquisa, a escola contava com 13 turmas, distribuídas nos três turnos, sendo 5 turmas matutinas, 5 vespertinas e 3 noturnas.

Nas observações em sala, foi possível perceber que um dos maiores desafios no ensino de filosofia na escola alagoana é a falta de interesse dos estudantes. Os estudantes pareciam não entender a importância dessa disciplina para sua formação intelectual e social,



em muitos momentos, a aula era interrompida por conta do forte barulho que eles faziam entre si, denunciando falta de interesse e pouco comprometimento. Em um dado momento, um estudante levantou de sua carteira e disse em voz alta para a professora: “Filosofia não é aqui não, é na próxima sala”, já um outro relatou durante a aula querer “se livrar da disciplina e ser logo aprovado”. Tendo como base uma educação como prática de liberdade, pode-se pensar que a falta de interesse de alguns estudantes por determinados assuntos se dá, sobretudo, por conta de sua formação social. Nessa direção, quando não são estimulados a pensar criticamente, questionar os problemas postos socialmente torna-se uma tarefa árdua e desinteressante, pois a filosofia lida constantemente com o senso crítico e torná-la interessante passa a ser um desafio para os docentes.

Dentro da perspectiva da disciplina, a falta de interesse dos estudantes ocorre em grande medida, por conta do pouco diálogo que a aula faz com sua realidade, sendo um indicador de que em sua potencialidade de reflexão, a disciplina acaba sendo explorada de maneira mecanicista e pouco proveitosa, a capacidade de trazer o indivíduo a pensar e questionar sua experiência quanto um ser social e subjetivo é pouco utilizada. Contijo e Valadão (2004, p. 298) afirmam que “a filosofia poderia problematizar a existência da escola, criando possibilidades para que ela não se torne tão dogmática e que repense seus sentidos”. Dessa forma, é preciso pensar em possibilidades no ensino de filosofia, quando o professor se limita apenas ao livro didático sem buscar entender as inclinações de cada estudante, a aula torna-se pouco estimulante para cada um deles. Em outra observação, uma aluna afirmou para outra: “a aula está muito chata, vamos falar sobre outra coisa”.

Entretanto, muito dessa inflexibilidade dos professores a repensar seus métodos de ensino e criar novas possibilidades dentro da sala de aula diz respeito às normas e aos padrões impostos pelo próprio sistema, não só no que abrange o conteúdo que deverá ser ministrado aos estudantes, mas também ao tempo de sala de aula que o professor tem (BIDO et al. 2020), no caso da escola estudada, a professora de filosofia tinha apenas uma aula por semana em cada turma. Nessa direção, a disciplina não parece oferecer, dentro da realidade estudada, uma leitura de mundo interessante. Com uma carga horária de uma aula semanal, o professor de filosofia precisa se desdobrar em ministrar os conteúdos preconizados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo a orientar seus estudantes em questões de assuntos obrigatórios e de cunho avaliativos, afinal eles serão cobrados em provas de avaliações nacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).



Nesse percalço, o docente se depara com o importante desafio de atrair a atenção dos discentes em um âmbito plural, que não engloba apenas aqueles poucos indivíduos que se interessam pela disciplina, o que resulta na necessidade de se criar estratégias para atrair a atenção desses e fazer com que se vejam apreendidos pela aula. De acordo com a professora, outro desafio no ensino de filosofia na escola alagoana é que não há como dissociar a filosofia da leitura, e entre os jovens e adolescentes da escola estudada, isso parece ser uma questão de grande dificuldade, apontando, talvez, para um *déficit* que vem de base com pouco incentivo à leitura.

Alguns apontamentos sobre o ensino tradicionalista evidenciam que ao entrar em contato com a aula, o estudante acostumado ao método: copiar, decorar e fazer a prova, acaba por ficar preso a essa metodologia mecanicista e, quando chamado a entrar em discussões que reflitam o assunto discutido em aula, acabam por não se interessar (GALLO, 2006) o que leva-nos a pensar que, dentro dos padrões tradicionalistas, o estudante não se sente provocado a entrar nas discussões, pois ele não consegue enxergar sua realidade dentro daquela sala de aula que deveria refletir sobre a sua própria existência.

Desse modo, é necessário que a aula faça um diálogo com a realidade do estudante. Além disso, através das observações em aula, a ausência do hábito de leitura dos estudantes parece ser uma barreira no desenvolvimento dos conteúdos a serem trabalhados, apontando para um *déficit* que vem de base, como o pouco incentivo à leitura desde os primeiros anos do ensino básico. Em um determinado momento da aula, estudantes do terceiro ano relataram não conhecer os pré-socráticos, assunto que geralmente é trabalhado no primeiro ano do ensino médio, esse relato mostra que a qualidade do ensino público em Alagoas precisa ser refletida e problematizada.

Tornar a disciplina interessante para o estudante de ensino médio demanda algumas estratégias que façam com que a filosofia converse com a realidade do discente, tema debatido e teorizado na academia, ao mesmo tempo em que é defendido o ensino de filosofia dentro do ensino básico. Assim, uma das formas de se trabalhar a filosofia em turmas de ensino médio é trazer problemas filosóficos que sejam realmente vivenciados por aqueles estudantes, de modo que haja um sentimento de identificação com a aula para que se possa introduzir os conceitos utilizados dentro da filosofia para tratar daquele problema, como discorre Sílvio Gallo (2006, p. 26):



O problema não pode ser um falso problema ou um problema alheio, externo a eles. Se só pensamos a partir de problemas que efetivamente vivemos, é importante que eles vivenciem o problema, apropriem-se dele, o incorporem. A partir do problema vivido, podemos investigar na história da filosofia conceitos criados para equacionar esse problema ou problemas próximos a ele.

Nesse sentido, pensar na formação continuada do professor, para que se atualize, reflita e que se faça uma ponte entre as discussões e descobertas desenvolvidas na academia e a sala de aula do ensino básico, pode ser um dos caminhos para algumas dificuldades existentes no ensino de filosofia (FUCUHARA; MURARO, 2022). Mas, ao passo que é pensado no aprimoramento do professor, deve-se considerar as condições que esse profissional está sendo imposto, como o tempo que ele tem livre, dentro de uma realidade que lhe impõe um número exacerbado de turmas para que feche sua carga horária, o que por vezes leva a necessidade de locomover-se entre várias escolas, ou que lhe é disponibilizado para que realize as formações continuadas.

Durante a entrevista realizada com a professora de filosofia da escola estudada, ela foi indagada sobre sua satisfação com o ambiente escolar, assim como se suas expectativas da graduação se alinharam com o que vivenciava naquele momento. A professora relata: “estou muito cansada, aconselho vocês a serem pesquisadores na filosofia ou escritores, se optarem por dar aulas no ensino médio, é isso que vocês se tornarão”. O relato da docente demonstra sua desmotivação em relação ao ensino e a escola pública, as condições de trabalho precárias parecem influenciar em seu cansaço, fazendo com que ela opte por meios tradicionais de ensino, o que, por sua vez, afeta no interesse e no envolvimento dos estudantes em sala de aula.

Entre tantos desafios, pensando na dinâmica da escola pública, não se pode deixar de lado o quesito da estrutura física das escolas, insuficiente em diversos aspectos, por vezes considerados básicos: salas com pouca estrutura e falta de material para o ensino da disciplina são alguns dos fatores que demonstram a dificuldade do ensino, não só da filosofia, mas do ensino público em geral, confirmando a ideia do sucateamento da escola pública e que interferem no desempenho e na motivação dos docentes. Por conseguinte, discutir sobre os desafios no ensino da filosofia na escola pública do estado de Alagoas, abarca uma luta por espaço e melhores condições de ensino, além da necessidade de se proporcionar e incentivar a formação continuada de professores, para que a pesquisa acadêmica que abarca a educação básica esteja sempre em diálogo com aquele que é seu



objeto de estudo.

Considerações finais

Perceber a dinâmica que envolve as relações entre o ensino médio em uma escola pública e a organização da escola e do ensino, nesse cenário, vai muito além do que é lecionado em sala de aula, pois tem raízes nas relações sociais e políticas que influenciam os atores dessa relação: estudantes e corpo docente. A influência que esses fatores exercem no âmbito da escola se expressa no modo em que a aula se desenvolve: estudantes mais interessados ou não, método de ensino tradicional ou dialógicos, às inclinações do professor em fazer da educação uma possibilidade de transformação na vida do estudante ou apenas entregar o conteúdo que lhe é exigido para que aqueles indivíduos sejam aprovados e concluam aquela etapa formativa.

A educação em Alagoas há muito que ser melhorada, não só em parâmetros de sala de aula, mas em diversos aspectos da educação pública, tanto em questões estruturais, que embora apresentem um projeto de melhoria, ainda padecem em aspectos básicos como a falta de equipamentos de tecnologia, problemas com a rede de distribuição de água e energia, quanto em questões que parecem vir desde a educação básica, estampadas na falta de interesse em leitura na própria aula e no atraso dos estudantes com relação ao assunto cursado. Além disso, é necessário refletir sobre os impactos que o novo ensino médio trouxe para a educação pública, em especial para disciplinas como a filosofia.

Tendo em vista a escola pública como um organismo que oferece aparato para a maior parte da população do país, é preciso que se busquem formas para que essas problemáticas sejam mitigadas, seja por meio de educação continuada dos professores ou estratégias de melhores maneiras de dialogar com esses estudantes. Nessa perspectiva, o ensino de filosofia parece se destacar como uma forma de estímulo ao senso crítico do próprio estudante, que imergido em um sistema social complexo, pode ser levado a entender-se como parte fundamental dessa engrenagem e enxergar-se como um indivíduo capaz de gerar mudanças na medida em que também muda de acordo com sua leitura de mundo e de sociedade.

Não foi nossa intenção esgotar as discussões sobre os desafios no ensino de filosofia na rede pública de ensino de Alagoas, entretanto, parece-nos que os problemas e as



dificuldades apresentadas aqui, fazem parte de uma engrenagem social, no qual a classe dominante pensa e delimita a educação pública, de modo a manter seus interesses e privilégios. As reflexões apresentadas apontam que o ensino de filosofia seja, possivelmente, um sinal de perigo para a classe dominante, de modo que transgredir e perceber esses interesses, seja nessa lógica, o ponto de partida para uma mudança social e coletiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia, Ribeirão Preto**, n. 2, p. 61-69, 1992. Disponível em <https://www.scielo.br/j/paideia/a/yKQmzXgZMrdbBCMkdbYvJYj/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2023

BIDO, José Mateus; SOUZA, Anderson Gabriel; FOGAÇA, Guilherme; ALMEIDA, Henrique; SILVA, Pedro Leão. Filosofia no ensino médio: expressão auto reflexiva sobre a formação. **Rev. Problemata: international journal of philosophy**. v.11, n.1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/47556>. Acesso em 09 de jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo técnico do estado de Alagoas: Censo da educação básica 2021**. 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_estado_de_alagoas_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf. Acesso em 09 de jan. 2023.

CARMINATI, Celso João. Formação e ensino de filosofia. **Rev. Perspectiva Filosófica**. v.38, n.2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230199>. Acesso em 09 de jan. 2023.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de Filosofia como problema filosófico** [tradução Ingrid Muller Xavier]. –Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.



CONTIJO, Pedro. VALADÃO, Erasmo Baltazar. Ensino de filosofia no ensino médio nas escolas públicas do Distrito Federal: História, prática e sentidos em construção. **Caderno CEDES – Campinas**. v. 24, n. 64, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jdB7c4PJ4gYN6kBZkdTqHNG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 de nov. de 2022.

FUCUHARA, Leticia Regina dos Santos Rodrigues; MURARO, Darcísio Natal. A leitura do mundo como base para o ensino de filosofia na perspectiva de Paulo Freire. **Rev. REFilo (Revista Digital de Filosofia)**. v.8, n.1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67510/45994>. Acesso em 09 de jan. de 2023

GALO, Silvio. A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade. **Rev. Ethica**, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 17-35, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/37439467>. Acesso em 23 de fev. de 2023.

GELAMO, Rodrigo Peloso. **O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de Filosofia?** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GIL. Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. Atlas, 2017.

GOMES, Isabel Cristina Soares Tebaldi. Filosofia no ensino médio: pensando o gênero no espaço público e privado. **Rev. Problemata: international journal of philosophy**. v.11, n.1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/53758>. Acesso em 09 de jan. de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html>. Acesso 02 de jan 2023.

MENDES, Maria Socorro dos Santos. Qualidade do ensino na escola pública: desafios e (im)possibilidade. **Rev. Psicologia: Ensino & Formação**. v. 1, n. 3. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v1n2/v1n2a06.pdf>. Acesso em 01 de nov de 2022.



PIMENTA, Selma Garrido. **Didática Teoria e Pesquisa**. Ed. 2. Araraquara: Junqueira&Marin, 2018.

SANTOS, Raquel Elisabete de Oliveira. Pedagogia Histórico-Crítica: que pedagogia é essa? **Revista Horizontes**, v. 36, n. 2, p. 46-56, maio/ago. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TODOS pela educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna. 2018.